



ACÓRDÃO Nº272/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11890/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Juliano Marcos Valente de Souza
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 559/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM . Exercício de 2021.

*Regularidade. Quitação. Recomendação.
Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas Anual do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Juliano Marcos Valente de Souza**, Diretor-Presidente e ordenador de despesas, nos termos dos arts. 1º, II, a; 22, I, e 23 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, I, e 189, I, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos neste Relatório/Voto;

10.2. Dar quitação ao **Sr. Juliano Marcos Valente de Souza**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, da Lei n. 2423/1996 c/c o arts.163, *caput*, e 189, I, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.3. Recomendar ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM que atente à correta disponibilização dos dados



ACÓRDÃO Nº272/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

referentes ao inventário patrimonial nos sistemas AJURI e AFI;

10.4. Determinar à próxima Comissão de Inspeção designada para auditar o IPAAM que verifique se o item anterior está sendo cumprido;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que, por meio do setor competente, ciente os interessados sobre o teor deste julgamento, nos termos do art. 162, *caput*, do Regimento Interno do TCE/AM, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;

10.6. Arquivar o processo, após cumprimento integral da decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição